



Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens - CPDDCAJ

Projeto de Lei Ordinária: nº582/2023

Autora: Deputada Alessandra Câmpelo

Relator: Deputado Abdala Fraxe.

“ESTABELECE medidas preventivas de segurança nos ambientes que atuem na prestação, a crianças ou dolescentes, de cuidado, assistência, guarda ou serviços educacionais, religiosos, esportivos, de transporte ou de acolhimento, no estado do Amazonas.”

PARECER

1. RELATÓRIO

A excelentíssima Deputada Estadual Alessandra Câmpelo, sujeitou à deliberação do Projeto de lei ordinária nº582/2023 que estabelece medidas preventivas de segurança nos ambientes que atuem na prestação, a crianças ou adolescentes, de cuidado, assistência, guarda ou serviços educacionais, religiosos, esportivos, de transporte ou de acolhimento, no estado do Amazonas. Explicitando seu objeto de modo conciso e sob a forma de título, conforme ementa acima transcrita.

A proposição foi apresentada no dia 20 de junho de 2023, Incluído em Pauta na reunião ordinária nos dias 21, 22 e 26 de junho de 2023. Não recebeu emendas.

O projeto fora encaminhado as comissões técnicas permanentes: Comissão de Constituição, Justiça e Redação- CCJR; onde recebeu parecer favorável no que tange a constitucionalidade do projeto;

Seguindo o Processo Legislativo o projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão de parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o Relatório.
Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Ao realizar a análise da propositura vislumbra-se que é de suma relevância social, tendo em vista que o objetivo do projeto de Lei versa sobre medidas preventivas a de segurança as crianças e adolescentes, por meio do monitoramento dos profissionais que lidam diariamente com crianças e adolescentes, propondo a exigência de certidão de antecedentes pessoais e criminais e declaração sobre o uso de álcool, drogas ou medicamentos psicoativos e sobre a existência, em seu histórico médico, de diagnóstico de transtorno mental.

No que tange a análise desta Comissão o projeto de lei torna obrigatória medidas preventivas de segurança nos ambientes, públicos ou privados, que atuem na prestação, a crianças ou adolescentes, de cuidado, assistência, guarda ou serviços educacionais, religiosos, esportivos, de transporte ou de acolhimento, no estado do Amazonas.





Ademais, trata-se de uma medida preventiva de segurança e, portanto, superior a qualquer medida repressiva que se possa vislumbrar.

Ademais, a proteção aos direitos da criança, conforme preceituam os artigos 4, 5 e 6 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é dever do poder público, senão vejamos:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Conforme a justificativa da Ilma. Deputada a propositura busca tornar obrigatório um requisito na maioria das vezes de praxe nas empresas que contratam esse profissionais de segurança.

Vale ressaltar que de um lado a medida possa implicar em alguma diligência adicional por parte dos profissionais e dos estabelecimentos de que trata a proposta, de outro contribui significativamente para aumentar a segurança e incolumidade de todos nesses ambientes, sobretudo de crianças.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamentação nos artigos 35, paragrafo único, 36 e 110, IV do Regimento Interno, estando os requisitos formais e materiais atendidos e em consonância com as normas constitucionais no que diz respeito à temática, MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei n. 582/2023.

Sala de reuniões da COMISSÃO DE PROMOÇÃO AO DESPORTO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Manaus, 06 de novembro de 2023.

Deputado ABDALA FRAXE
AVANTE

